



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

**Sub-eixo:** Sexualidades, identidades de gênero e direitos

### “O HOMONACIONALISMO À BRASILEIRA”: uma análise das políticas públicas LGBTI+ no Brasil nos governos petistas de (2003 – 2016)

TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA <sup>1</sup>

#### RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar as manifestações do homonacionalismo na realidade das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, tendo como foco os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2003 a 2016. Metodologicamente esse texto, trata-se de uma revisão bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Como resultados observou-se ao mesmo tempo em que os governos petistas diziam ser uma gestão em defesa dos direitos humanos, como por exemplo, da comunidade LGBTI+ no Brasil, identificava-se outros povos sendo negados de seus direitos (povos tradicionais), observa-se que as políticas públicas LGBTI+ funcionaram como uma conquista restrita, sob forte viés ideológico homonacionalizador.

**Palavras-chaves:** Homonacionalismo; Políticas Públicas LGBTI+; Partido dos Trabalhadores.

#### RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar las manifestaciones del homonacionalismo en la realidad de las políticas públicas LGBTI+ en Brasil, centrándose en los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT) de 2003 a 2016. Metodológicamente, este texto es una revisión bibliográfica y documental de carácter cualitativo. Como resultado, se observó al mismo tiempo que los gobiernos del PT afirmaban ser una gestión en defensa de los derechos humanos, como por ejemplo, de la comunidad LGBTI+ en Brasil, se identificaba a otros pueblos a los que se les negaban sus derechos (pueblos tradicionales), se observó - Es claro que las políticas públicas LGBTI+ funcionaron como un logro restringido, bajo un fuerte sesgo ideológico homonacionalizador.

**Palabras-clave:** Homonacionalismo; Políticas Públicas LGBTI+; Partido de los Trabajadores.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasília

## INTRDUÇÃO

O presente artigo<sup>2</sup> tem por objetivo tecer algumas notas analíticas sobre as manifestações do “homonacionalismo à brasileira” na realidade das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, nas últimas duas décadas, tendo como foco as políticas LGBTI+ desenvolvidas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse fenômeno teve lugar a partir do começo do novo milênio, ligado a uma perspectiva ideológica neoliberal e a ascensão conservadora, centrada na cidadania de consumo. Tais pautas, porém, muitas vezes limitam-se à questão unicamente da sexualidade, sem uma análise estrutural das relações de classe, gênero, raça/etnia (PUAR, 2015; OLIVEIRA, 2013).

Ideologicamente, o homonacionalismo respalda-se por uma defesa de direitos pela via do progresso, mascarando frequentemente as contradições de gênero, raça/etnia e classe que se refletem na sociedade. O estudo desse fenômeno é importante para profissionais, militantes e estudiosos que se dedicam a tarefa constante de entender a realidade e as contradições que perpassam os direitos na democracia burguesa, portanto, trata-se de uma ferramenta analítica decolonial crítica.

Para Puar (2015), o homonacionalismo manifesta-se de duas formas: por meio dos Estados-nações e pelo mercado, de tal modo esse fenômeno não pode ser compreendido de forma isolada, mas compreendendo a sua manifestação a partir de múltiplos determinantes sociais, que faz parte da lógica da reprodução constante do imperialismo internacional do capital, das formas de imposição de culturas normalizadoras centradas na heteronormatividade, nas políticas neoliberais historicamente pautadas pela cultura do consumo.

Inicialmente, é interessante destacar que o termo “homonacionalismo” não é tão recorrente na literatura brasileira sobre os estudos da diversidade sexual e de

---

2 Os resultados que se apresentam nesse texto são considerações desenvolvidas a partir de análises bibliográficas que partiram da tese de doutorado, pesquisa essa que teve financiamento de bolsa pelo CNPq.

gênero. São poucas as produções científicas que tratam desse fenômeno. Sobre essas interpretações no Brasil, cabe citar a pesquisa de doutorado de Bruna Irineu (2016). A autora (idem) examinou as políticas públicas LGBTI+ no Brasil com o recorte voltado para a questão da participação social; utilizando o conceito “homonacionalismo” para apreciar as dificuldades da ampliação da cidadania para o segmento LGBTI+ no cenário nacional. O contexto de manifestação desse fenômeno foi observado durante os governos petistas.

Para caracterizar as particularidades desse processo na realidade brasileira, teórico-metodologicamente analisa-se sua expressividade a partir dos governos petistas de 2003 a 2016. Os resultados desses estudos são partes da tese de doutorado defendida em 2022 que buscou estudar esse fenômeno na realidade brasileira. Apresenta-se uma análise bibliográfica e documento de natureza qualitativa, fundamentando-se em autores como Puar (2015); (2017); Irineu (2016); Duggan (2004).

Assim, busca-se apresentar alguns elementos a partir de Irineu (2016) que corrobora para apreender como se manifesta os traços do homonacionalismo no contexto local, além disso discute-se alguns vieses do Lulismo e à relação com as políticas públicas LGBTI+, consumismo e mercado tendo como referência central o “neo-desenvolvimentismo”, embora perceba-se uma continuidade do neoliberalismo em seu governo caracterizado pela por uma Social-Democracia (ABRAMIDES, 2019). O artigo está dividido em duas partes: na primeira discute-se o uso conceitual do homonacionalismo como uma chave analítica de entender a realidade das políticas públicas LGBTI+ e na segunda parte apresenta-se as manifestações do homonacionalismo nas particularidades do Brasil.

## **O USO CONCEITUAL DO HOMONACIONALISMO: UMA CHAVE ANALÍTICA**

Observa-se na atualidade em alguns contextos de países ocidentais e do Oriente uma espécie de abertura para a representatividade e a visibilidade de LGBTI+. Assim, os Estados Unidos, Holanda, Grã-Bretanha, Israel, França entre outros têm sido referências de Estados-nacionais em defesa dos direitos humanos

dessa população supramencionada.

Esse acontecimento advém do processo de luta constante desses sujeitos organizados organicamente em coletivos, grupos, partidos políticos, associações, organizações não governamentais e em movimentos sociais, que impacta em um processo de ampliação do Estado, utilizando-se da categoria gramsciana, para as políticas públicas voltadas para essa população. No entanto, questiona-nos como esses direitos sociais são capturados pela lógica do Estado e do Mercado. Para tais reflexões tomamos como base teórico-metodológicas as fundamentações de Jasbir Puar (2017), responsável pela construção epistemológica do termo: homonacionalismo. Embora, essa terminologia venha ganhando força nos espaços acadêmicos, ainda possui pouca visibilidade nas produções científicas da realidade latino-americana.

Diante disso, Jasbir Puar, em seu livro “Ensamblajes Terroristas: el honacionalismo em tempos queer”, a referida autora aprecia o desenvolvimento de um fenômeno que tem se desdobrado em alguns países do Ocidente e do Oriente Médio. Em sua análise, a autora observa os Estados Unidos, como um território que desenvolveu um discurso de um país democrático, defensor dos direitos humanos, de pessoas LGBTI+, negros e mulheres. Nessa retórica está como centralidade o patriotismo, assim como a defesa da liberdade de seu povo, porém violando outros povos.

Assim, como John D’Emilio, em Puar, observamos que ambos os autores trazem em comum uma análise do processo de representatividade e de visibilidade das políticas de reconhecimento da população LGBTQIA+ “os anos 1970 foram anos de significativas conquistas. A liberação homossexual e a liberação feminina mudaram a paisagem sexual da nação. Centenas de milhares de gays e lésbicas se assumiram e afirmaram abertamente o afeto entre pessoas do mesmo sexo” (D’EMILIO, 2021).

No entanto, do ponto de vista argumentativo de Puar (2017), isso representa um forte embaraço para essa população, a autora afirma que desde 2001, quando houve o ataque terrorista contra às duas torres gêmeas, os Estados Unidos têm promovido fortes campanhas nacionalistas, com o incentivo do seu povo em defesa

da pátria. Para atrair os diversos sujeitos, aprovou nos últimos anos a revogação de legislações que tinham uma perspectiva homofóbica, com a finalidade de atrair esses sujeitos em defesa da nação.

A instrumentalização de lésbicas e gays nacionalistas, em apoio aos Estados Unidos, se manifesta na relação direta desses ao defenderem o militarismo e as guerras no Oriente Médio. Esse fenômeno social Jasbir Puar denomina-se de homonacionalismo:

[...] fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações (2017, p. 299).

Como caracteriza Puar (2017), o homonacionalismo tem na sua forma de produção e reprodução por dois aspectos tanto do Estado-nação, como pelo mercado de consumo voltado para a comunidade LGBTI+, centrando-se em três manifestações, a primeira é referente a “excepcionalidade sexual” estadunidense, que expressa internacionalmente uma dominação política e econômica imperialista; a segunda forma é por meio da normatização dos sujeitos LGBTI+, ou seja, o queer como normativo, instrumentalizados em defesa nacionalista e frequentemente xenofóbica; e por fim pela supremacia racista da ideologia da branquitude advinda da realidade de dominação dos EUA em territórios dominados, inclusive, internamente em seu próprio país.

Além disso, o homonacionalismo tem como aspecto fulcral na sua reprodução políticas homonormativas das identidades sexuais e de gênero, que se centra numa dimensão de normatização sobre os corpos dissidentes. Assim, a homonormatividade é conceituada por Duggan como: “[...] uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as mantém e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despolitizada” (DUGGAN, 2004), sem sombras de dúvidas uma política orientada pelos ideais do neoliberalismo contemporâneo.

Mas como se materializam essa homonormatividade? Quais são seus

instrumentos? De acordo com Duggan (2004), a principal perspectiva de materialização dessa política é por meio de políticas centradas no casamento igualitário, na adoção por casais igualitários, assim como na normalização das identidades dissidentes, rompendo cada vez mais com os processos de transgressões, essas identidades passam a centrarem a ordem heterossexual, políticas essas incorporadas pelo Estado a partir de uma cidadania de consolação nos termos de Oliveira (2013). No tópico a seguir analisa-se como esse fenômeno do homonacionalismo se apresenta na realidade brasileira.

**AS MANIFESTAÇÕES DO HOMONACIONALISMO NO BRASIL:** quais nossas particularidades?

À rigor as análises acerca do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado manifestam-se de forma mais intensa na realidade nos Estados Unidos, Israel e em alguns países da Europa ocidental, dado aos projetos de nacionalismos construídos por essas nações. No entanto, apesar da realidade brasileira ter características distintas destes territórios aludidos, identificou-se no decorrer da pesquisa traços das manifestações desse fenômeno, tanto pelo Estado como pela via do mercado de consumo no Brasil voltado para a população LGBTI+, além disso, Puar (2017) afirma que cada vez mais esse fenômeno vem se reproduzindo em diversas nações.

Crer-se que metodologicamente para não incorrer no erro de qualificar a realidade brasileira, tal quais esses países referenciados, pois, existem especificidades desse fenômeno no nosso contexto, é preciso entender como se dá o trânsito desse conceito para o território local. O aprofundamento da nossa formação social trazem algumas questões importantes para pensar os “desejos da nação” local fundados no colonialismo, na sociedade escravocrata e no desenvolvimento desigual e combinado que estruturam um Estado fundado em valores e normas androcêntricas de cunho hétero-patriarcal e sexista.

Para Anderson, "historicamente o conservadorismo brasileiro tem apresentado uma maleabilidade única e uma enorme capacidade de incorporar e

desarmar os riscos ao status quo” (2020, p. 30). A classe burguesa no Brasil é regida por um amoldamento do neoconservadorismo, ou seja, como coloca o autor a elite nacional tem a habilidade de exercer um poder de transformação ideológica antes dos processos de riscos dessa nação.

Nesse campo de contradições no cenário político brasileiro estão as bases centrais, para apreender como se manifesta o homonacionalismo. É preciso entendê-lo como uma realidade que é acionada por distintos projetos societários, não é um modelo de agenciamento personalístico, mas que diferentes grupos políticos manifestam em suas plataformas governamentais essa modalidade de acionamento dos sujeitos coletivos, em particular à população LGBTI+. Cabe retomar ao conceito de Puar:

[...] compreensão do homonacionalismo como mosaico: como uma estrutura da modernidade, uma convergência de forças geopolíticas e históricas, de interesses neoliberais de uma acumulação capitalista, quer cultural, quer material, de práticas estatais biopolíticas de controle da população e de investimentos afetivos em discursos de liberdade, libertação e direitos (2015, p. 311).

É mister salientar que as bases centrais do homonacionalismo está assentado conforme dimensiona Puar (2015) em algumas matrizes centrais como a ampliação e o sucesso do reconhecimento legal, no consumo e da representação de pessoas LGBTI+ no passo em que outras populações são negadas de seus direitos - compreendendo as relações de atravessamento de poder nesse ímpeto. Diante disso, durante o governo Lula percebe-se como característica central uma abertura para o diálogo com diversos setores da sociedade civil, muito em função da luta histórica dos movimentos sociais pela afirmação e do compromisso desse partido para com esses sujeitos que foram fundamentais na sua vitória nas eleições de 2002. Embora seja um processo marcado por muitas contradições e recuos (BIROLI, 2012).

Esse projeto de contradições desse governo é descrito na “Carta ao Povo Brasileiro”, materializa em algumas linhas essa política complexa dada coalizão de diferentes classes sociais e grupos políticos, configurada em sua estrutura por alianças, contradições e correlações de forças, centradas no modelo “neo-desenvolvimentista” articulado com desejo de justiça social. Segundo a carta, “o

Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis<sup>3</sup> (SILVA, 2002).

Em relação ao movimento LGBTI+ houve muita expectativa sobre o governo, para Birolli “a agenda das mulheres e da população LGBT tem sido parte de barganhas nas quais os setores reacionários impuseram sua agenda” (2018, p. 195), ao mesmo tempo, que por parte de alguns setores sindicalistas e movimentos sociais aconteceu, também, uma forte institucionalização desses sujeitos juntos à governança, foi um momento de refluxo e de apassivamento das lutas sociais, alinhado à esse projeto a UNE, a CUT que se colocam como principais aliados (IASI, 2012).

Por outro lado, alguns setores que antes eram invisíveis para o Estado passam a ter na esfera do executivo um maior diálogo no processo de construção de políticas públicas e sociais como o desenvolvimento de secretarias importantes como: à Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria de Direitos Humanos (SDH) ligados à Secretaria da Presidência da República configurando-a ao status de Ministério da República e a criação da Coordenadoria de Promoção dos Direitos LGBT, além disso, foram construídos também durante os mandatos dos governos Lula e Dilma órgãos de gestão e de conselhos de controle social, . Referente a esse contexto, em relação a comunidade LGBTI+, observa-se algumas vitórias e conquistas em âmbito do executivo durante o governo Lula com formulações de políticas públicas voltadas para o combate à violência LGBTfóbica, embora marcado por alguns recuos, para Birolli “o peso crescente do conservadorismo moral no Congresso Nacional e nos partidos que compuseram as alianças políticas para sustentação do governo no período levou a recuos e a compromissos antagônicos a agenda dos movimentos” (2018, p. 194). Apresenta-se assim de forma sintética algumas dessas conquistas e regressos, visto que a pesquisa de Irineu (2016) analisou de forma minuciosa essas políticas públicas.

Nesse sentido, a primeira política desenvolvida em seu mandato para o

---

3 “Carta ao Povo Brasileiro”, Luiz Inácio Lula da Silva (2002). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaopovobrasileiro.pdf>; Acesso em 14 de dezembro de 2021.

combate à discriminação contra pessoas LGBTI+ foi o programa “**Brasil Sem Homofobia**” no ano de 2004. No âmbito das políticas governamentais, constatou-se essa ação como a primeira política pública que tinha como finalidade a promoção da cidadania LGBTI+, no contexto nacional, visando o combate às múltiplas violências contra pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Todavia, Irineu (2016), Daniliauskas (2011) apontam alguns limites desse programa, a saber: o baixo orçamento destinado ao desenvolvimento em território nacional pela via do Estado, além da transferência da execução desse programa em grande parte pelo terceiro setor e a ausência de uma legislação em âmbito federal de combate e criminalização da LGBTfobia, a exemplo do PLC nº 122/2006, que seguiu engavetado no Congresso Nacional, uma tendência observada foi a dificuldade de diálogo do Movimento LGBTI+ com o poder legislativo nesse período.

Identifica-se, assim, alguns percalços no campo dos direitos desse segmento, como exemplo cita-se a decisão pelo engavetamento do Projeto de Lei (PLC) 122 da Senadora Federal Marta Suplicy, em 2011, esse que, além de criminalizar a LGBTfobia, reconhecia as identidades de gêneros das Travestis e Transexuais no Brasil, o objetivo do projeto era alterar a Lei N° 7.716/1989, “que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Apesar desses limites, retomando o ano de 2008, foi realizada durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva a primeira “Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT: o caminho para garantir a cidadania GLBT”. No âmbito do reconhecimento desses sujeitos a conferência foi um marco histórico e representativo para o Movimento Nacional LGBTI+. Após a conferência em 2009 criou-se a **Coordenadoria Geral de Promoção dos Direitos Humanos de LGBT**.

O governo Lula, foi também um dos primeiros a incentivar o mercado de consumo LGBT, especialmente em relação ao turismo no Brasil. O texto base da primeira conferência é um dos primeiros documentos oficiais que versa sobre questões relacionadas à população LGBTI+ e o mercado de consumo, especificamente, na parte sobre o turismo, aborda ações direcionadas à promoção do incentivo ao mercado turístico LGBTI+ como à inserção dessas pessoas no

mercado de trabalho.

No diagnóstico realizado sobre a diversidade sexual e turismo no Brasil, o texto-base cita o **Plano Aquarela**<sup>4</sup> de 2007, como o primeiro a promover o incentivo ao combate à homofobia, assim como o desenvolvimento do turismo voltado para pessoas LGBT, nesse plano “foi desenvolvido um estudo sobre o turismo GLBT com foco no mercado internacional, para melhor compreender o nicho e avaliar a possibilidade de trabalhá-lo como um dos produtos prioritários, promovendo o Brasil internacionalmente” (BRASIL, 2007, p. 36). Sobre as estratégias de ações do Movimento LGBTI+, da sociedade civil e do Estado foram traçadas 23 metas<sup>5</sup> referentes ao eixo sobre o “Turismo LGBTI+” nos Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT.

Seguindo o desenvolvimento das políticas públicas e ações governamentais construídas durante os governos petistas, no âmbito da promoção dos direitos

---

<sup>4</sup>“Em 2004 foi iniciada a elaboração do Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, cujos objetivos foram impulsionar o turismo internacional no Brasil, incrementando o número de turistas estrangeiros no país e a consequente ampliação da entrada de divisas” (EMBRATUR, 2007, p. 1).

<sup>5</sup>As metas foram: “1. Apoiar Paradas e eventos do Orgulho LGBT, de forma que as mesmas promovam os direitos humanos e a cidadania, envolvendo poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. 2. Criar e publicar financiamento das Paradas e eventos do Orgulho LGBT no Brasil. 3. Fomentar o turismo LGBT potencializando a economia e a inclusão social, de forma sustentável, em todo território nacional, de acordo com o perfil turístico de cada região. 4. Fomentar o sucesso do projeto “Brasil: Destino Diversidade” será realizado o treinamento “Sensibilizando para a Diversidade” que visa capacitar profissionais para o atendimento de LGBT em setores como hotelaria, envolvendo áreas de gerência, reservas, recepção, governança, eventos, alimentos e bebidas; agências e receptivos, abrangendo a gerência e o atendimento e, ainda, o campo dos serviços, comércio, restaurantes, bares, segurança, entre outros. 5. Promover medidas para que o Brasil se torne um destino acolhedor para turistas LGBT, e difundir informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero. 6. Participar de eventos e feiras nacionais e internacionais de turismo e do segmento LGBT com materiais focados no recorte LGBT. 7. Promover os potenciais turísticos dos Estados por meio de propaganda e mídia divulgando calendário de eventos e circuitos LGBT. 8. Captar eventos LGBT internacionais para o Brasil. 9. Utilizar os Escritórios Brasileiros Embratur para promover produtos, destinos e serviços LGBT. 10. Apoiar as ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil. 11. Financiar, por meio de convênios, recursos para o mapeamento da cadeia turística LGBT do Brasil para a criação de um banco de dados eletrônico. 12. Elaborar peças publicitárias pontuais destinados ao público LGBT, divulgando o projeto “Brasil: Destino Diversidade.” 13. Garantir que o Programa “Brasil Destino e Diversidade” ressalte a importância do respeito ao nome social. 14. Assegurar assento de representação da sociedade civil organizada LGBT, com conhecimento específico na área de turismo, nos conselhos de turismo municipal, estadual e federal. 15. Credenciar os empreendimentos de turismo que respeitem a orientação sexual e identidade de gênero LGBT, criando um selo que identifique essas empresas. 16. Garantir recursos para promover campanhas para sensibilizar a sociedade para bem receber o turista LGBT. 17. Garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT. 18. Criar, no âmbito do Ministério do Turismo, órgão específico para o turismo LGBT. 19. Incluir, nos próximos Planos Nacionais de Turismo, políticas públicas que visem a promoção do turismo LGBT. 20. Assegurar investimentos com a finalidade de incentivar o turismo sustentável voltado à população LGBT. 21. Apoiar a produção de pesquisas acadêmicas sobre o turismo LGBT, com o objetivo de apoiar políticas públicas de turismo e de direitos humanos. 22. Garantir que todas as ações e atividades elencadas para compor as políticas públicas para o turismo LGBT tenham previsão e rubrica orçamentária. 23. Elaborar o Programa “Viaja Mais Diversidade” (BRASIL, 2008, p. 217 - 218).

humanos da população travesti e transexual as conquistas se dão em **2009 com a aprovação da Portaria nº 1.820/2009**, que instituiu o direito ao uso do nome social nos serviços de saúde em todo o Brasil. Em 2010, ainda, durante o Governo do Presidente Lula foi construído o Primeiro **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. No que se refere ao mercado é o primeiro presidente que afirma em seus documentos oficiais ações de governo voltados para o turismo LGBT. Entre as ações do Plano Nacional é colocado como meta “garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT” (BRASIL, 2009, p. 31).

Já durante o Governo da Presidente Dilma Rousseff em 2011 foi criado o Disque 100 voltado a atender as violações das pessoas LGBTI+, também, foi construído o primeiro relatório de caráter governamental sobre a violência homofóbica no Brasil. Além disso, realizou-se a II Conferência Nacional LGBT e teve como tema central “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”. De acordo com Irineu (2019), percebe-se que durante o terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores sobre o Governo da presidente Dilma Rousseff um recuo na agenda das políticas públicas LGBTI+, ao mesmo tempo que ganhava força e maior expressividade a bancada religiosa, fortalecida pelo neoconservadorismo neopentecostal.

Para materializar o avanço desse grupo político conservador em 2013, o Deputado Federal e Pastor Marcos Feliciano, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Durante aquele momento houve diversos protestos, manifestações e exigências por parte de alguns parlamentares da bancada de oposição, reivindicando a renúncia do então deputado da comissão.

Observa-se, também, um diálogo por parte do movimento LGBTI+ com o poder judiciário, muito em função da não abertura no legislativo com esse segmento. Assim, no âmbito do Judiciário Federal em 2010 desenvolve-se o debate de adoção por casais LGBTI+, reconhecida como adoção homoparental em 2015, pelo STF. Esse mesmo tribunal, em 2011, reconheceu a União Civil mediante a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277. À ação concedia os mesmos direitos e deveres de

casais heterossexuais em relação à união estável por casais LGBTI+. Já durante o ano de 2018, também no STF, aprova o direito à retificação de gênero em documentos oficiais no Brasil, concedendo o direito de travestis e transexuais de corrigirem seus nomes no registro civil a partir de 18 anos de idade, sem a necessidade da cirurgia de redesignação sexual.

Em termos de criminalização da LGBTfobia no território brasileiro, somente em 2019 foi aprovada a legislação que compara ao crime de racismo por meio da Lei nº 7716/89. Foram mais de 519 anos para o Estado brasileiro reconhecer a violência sofrida por essas pessoas, vale ressaltar que essa não foi uma legislação que partiu do Executivo, mas do judiciário por intermédio do STF. Até junho de 2019, não existia nenhuma tipificação penal no Brasil contra quem praticasse crimes motivados por ódio e preconceito contra pessoas LGBTI+. Finalmente, em 2020, em decisão histórica, o STF derruba a restrição da resolução RDC nº 34/14 da ANVISA, que proibia a doação de sangue por pessoas LGBTI+ no Brasil.

Verifica-se no decorrer dos ciclos dos governos petistas um diálogo mais profundo do movimento LGBTI+ com a esfera do executivo<sup>6</sup>, principalmente, durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar dos recuos em relação às pautas desse movimento nos mandatos da presidente Dilma Rousseff. Houve uma continuidade das políticas que já vinham sendo desenvolvidas anteriormente. Todavia, acredita-se que nesse período (dos mandatos petistas de 2003 à 2016) houve um forte acionamento por parte desse governo desses sujeitos coletivos, não só do movimento LGBTI+, mas de diversos segmentos sociais e políticos, com uma ascensão hegemônica nos termos de Gramsci, em defesa de uma agenda política de continuidade, dando forças ao bloco hegemônico que foi construído nos últimos anos pelo Partido dos Trabalhadores em coalizão com outros grupos, apesar do tensionamento por parte desses movimentos sociais em determinados momentos com o governo.

Essa força política configurou os elementos centrais do que se acredita ser uma base de sustentação da manifestação do homonacionalismo durante esse

---

<sup>6</sup>Profundo no sentido deste governo ter tido algumas ações e políticas públicas que marcam uma relação mais substancial para esses sujeitos. No governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC) não havia políticas públicas desenvolvidas para esse segmento, apenas ações pontuais.

período. Ao mesmo tempo que à população LGBTI+ ganhou uma certa notoriedade em seu governo com as políticas públicas delineadas, Irineu (2016) pondera que houve uma forte política neodesenvolvimentista com à violação de direitos de outras populações, à exemplo, das construções de grandes barragens e hidrelétricas fomentadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como à de Belo Monte no estado do Pará, que trouxe como consequência à espoliação e à expulsão de diversos povos e comunidades tradicionais e das terras indígenas. Assim, a negação do outro fomentada pela manifestação do homonacionalismo no território brasileiro dá-se nesse processo de desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais alvejados pela política de desenvolvimento econômico, trazendo diversos impactos sociais para essas populações.

Outro elemento que Irineu (2016), corrobora em sua análise para pensar a existência do homonacionalismo no Brasil é dimensionado por duas dimensões na apreensão desse fenômeno no território nacional. Com relação ao primeiro, a autora (idem) assinala a forma como a comunidade LGBTI+ interpretou em suas manifestações, por meio de “memes<sup>7</sup>” nas redes sociais, o fato de os governos petistas (Lula e Dilma de 2003 a 2016) não ter requisitado o uso de empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Irineu (idem) aponta, ainda, que o país passou a fazer parte do BRICS (conjunto econômico de países considerados "emergentes", formado atualmente pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2006. Tais países destacam-se no cenário internacional pelo desenvolvimento econômico emergente:

Chamou-me a atenção a estratégia de engrandecimento de uma alternativa capitalista e desenvolvimentista a que estavam lançando mão, além de “lavar de rosa” o fato de que a Rússia, principal articuladora do Brics, desenvolve uma política do armário severamente restritiva à população LGBT (IRINEU, *ibidem*, p. 174).

Nesse sentido, o nacionalismo e o engrandecimento econômico, assinalados por Irineu (2016), por parte da comunidade LGBTI+ brasileira configura-se como parte das violações que este segmento vivência na Rússia, país extremamente

---

<sup>7</sup>“O termo é bastante conhecido e utilizado no “mundo da internet”, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música etc. que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/meme/>. Acesso em: 19 set. 2019.

intolerante contra essa população, são recorrentes os casos de perseguições e até de censura a comunidade LGBTI+ naquele país. Não criticar essas violações remete a uma forma de “homonacionalismo à brasileira”. Essa forma de se manifestar sobre as dimensões do desenvolvimento econômico em certa medida “lava de rosa”, por meio do *pinkwashing*, o sofrimento e as violações de direitos humanos, que gays, lésbicas, travestis e transexuais enfrentam cotidianamente na Rússia.

Além desse exemplo citado pela autora da relação do Brasil com a Rússia, acrescenta-se a essa apreciação da política externa durante o Governo Lula e Dilma como paradoxal ao mesmo tempo que se pode dizer que esse governo teve um protagonismo em termos de relações internacionais com outros países, como foi o caso do Brasil com em relação à questão da Palestina e de Israel, de acordo com Santos:

Logo no início do governo Lula, em abril de 2003, o ministro Celso Amorim realizou a primeira das muitas viagens que faria ao longo dos anos seguintes aos países médio-orientais a fim de identificar formas de cooperação e diálogo para fazer avançar o difícil processo de distensão entre israelenses e palestinos. Denominada “ativa e altiva” pelo próprio ministro Amorim (2014, p. 190).

Além da diplomacia durante o governo Lula com os países do Oriente Médio, outro elemento que Santos (2014), aponta como potencialidade do governo petista deu-se ao fato do aumento das receitas comerciais entre as cooperações internacionais. A referida autora caracteriza que o balanço comercial do Brasil com os países do Oriente Médio entre 2003 até meados de 2008 foram de U\$ 4,4 de bilhões para U\$ 14,4 bilhões (idem, p. 200), além disso, “finalmente, no período 2003-2010, foram criadas três novas embaixadas no Oriente Médio – Mascate (Omã), Nicósia (Chipre) e Doha, (Catar) – e três novos consulados – Istambul (Turquia), Ramalá (Palestina) e Beirute (Líbano)” (Idem, 2014, p. 201).

Entretanto, no tocante à política externa com outros países, os governos petistas mostraram-se extremamente emblemáticos, como exemplo disso o caso da ocupação no Haiti, o Brasil teve uma relação do ponto de vista político-econômico e social de caráter imperialista, deixando um legado negativo após a ocupação das tropas brasileiras naquele território, como avalia Dulce (2019). É pertinente observar que umas das primeiras ações internacionais realizadas durante o governo Lula foi a

participação da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada no ano de 2004 e tendo seu encerramento no ano de 2017. Referente a ocupação do exército brasileiro no Haiti trouxe como consequências:

Durante todos esses anos a população haitiana conviveu com estupros, assassinatos, desaparecimentos e nada foi investigado pelo governo brasileiro nem pela ONU. Também conviveram com a violência cotidiana das tropas brasileiras que faziam treinamentos naquele país para agir nas UPPs no Rio de Janeiro, e o nível de crueldade da polícia racista do Rio nos permite imaginar o que acontecia com o povo haitiano (FALCÃO, 2017).

Analisa-se que a ocupação do exército brasileiro durante o governo de Lula e Dilma no Haiti como uma expressão das violações de direitos e de soberania daqueles povos, coloca-se como uma face do “homonacionalismo à brasileira”, deixando como saldo negativo de: mais de 2 mil denúncias de abuso e exploração sexual por parte dos soldados - sendo desse número um quantitativo de mais de 300 crianças violadas sexualmente; recrudescimento da violência entre 2006 à 2008 foram mais de 8 mil mortes; aumento das doenças no país como a cólera ceifando mais de 30 mil pessoas e 700 mil pessoas doentes, além da dívida externa milionária que deixaram o país com mais de R\$ 890 milhões de dólares (DULCE, 2019).

Ao mesmo tempo em que os governos petistas diziam ser uma gestão em defesa dos direitos humanos, como por exemplo, da comunidade LGBTI+ no Brasil, identificava-se outros povos sendo negados de seus direitos, inclusive, com ocupações de caráter imperialista que resultou na fome, no recrudescimento da violência, nos casos de estupros contra mulheres no Haiti. Não vimos em nenhum momento o partido dos trabalhadores fazer crítica aquela ocupação, pelo contrário Lula e Dilma projetaram-se internacionalmente como agentes em “defesa da paz”. Destarte, tal ocupação mostra-se o quão controversa foi a gestão a gestão Lula e Dilma, aliando-se inclusive ao status de países imperialistas:

[...] na verdade, o Brasil, por motivos que a gente pode até discutir – e acho que hoje devia discutir muito –, acabou entrando em uma estratégia neocolonial de outros países, certamente dos Estados Unidos e da França que têm muito interesse no Haiti. E acho que, principalmente, os Estados Unidos tem um interesse geopolítico e geoestratégico pela região do Caribe (DULCE, 2019).

Afere-se a essa dimensão o que Puar (2015) chama de uma ascensão do novo colonialismo, são estratégias discursivas e imperialistas de manutenção de poder, o que torna o homonacionalismo uma expressão viral mundialmente, com um Estado-nacional cumprindo seu papel em defesa de uma biopolítica neoliberal -

necropolítica estatal que decide quem pode viver e quem deve morrer.

O segundo elemento sobre o homonacionalismo no Brasil, apontado por Irineu, refere-se aos períodos eleitorais sobre a incorporação da agenda LGBTI+ pelos partidos políticos. A autora (idem) aborda como as demandas LGBTI+ viram “moedas de trocas” nesses momentos. Irineu (ibidem), ao referir-se a tal assunto, relembra-nos o fatídico ato cometido pela presidente Dilma Rousseff de ter vetado o “Kit Escola Sem Homofobia” no ano de 2011, afirmando, ainda, que não permitiria em seu governo propagandas de “opções sexuais”.

Esse cenário, no entanto, metamorfoseou-se na conjuntura política de 2014, especialmente no segundo turno da presidente Dilma Rousseff (PT) com Aécio Neves (PSDB), em relação ao posicionamento político de demandas da comunidade LGBTI+. A autora (idem) ressalta que pela primeira vez teve uma posição da presidente sobre a criminalização da homofobia: “as eleições de 2014 foram marcadas pela transição do discurso de “não faremos propaganda de opções sexuais” para a promessa de “combate à violência”” (IRINEU, 2016, p. 229):

Isto gerou uma comoção por parte significativa do movimento LGBT, capaz de apagar a declaração que ela fez no período de veto do “Kit Escola sem Homofobia” e a questão de ser vista como uma guinada à esquerda. Há, nisso, uma grande conexão com fato de que hoje existe uma grande mobilização de setores conservadores do mundo das finanças e liberais republicanos apoiando ações LGBT, porque os direitos desta população estão incorporados à agenda e à geopolítica da direita (IRINEU, 2014, p. 174).

Cumprido destacar, ainda, que a incorporação da agenda política voltada para os direitos da comunidade LGBTI+ segue uma marcha internacional, inclusive por alguns setores de partidos de direita no Brasil. Conforme aponta Irineu (2016), desde as eleições de 2014 tem-se, por parte da direita brasileira, uma incorporação nos planos de governos do candidato Aécio Neves do (PSDB) e da candidata Marina Silva (PV).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conclusão, compreende-se que a lógica das lutas por direitos na sociedade burguesa perpassa por muitos entroncamentos ideológicos, que incorre no risco de armadilhas e de posicionamentos que podem até mesmo aferir

dimensões de aspectos homonacionalistas e isso se manifesta em concepções defendidas até mesmo por políticos de esquerda, por isso Puar (2017) nos alerta para o perigo de sermos tomados por esse fenômeno.

Na pesquisa desenvolvida por Puar (2017), foi analisado o homonacionalismo nos Estados Unidos e em Israel e sua ocupação na Palestina, por intermédio do *pinkwashing*, e como essa comunidade LGBTI+ é instrumentalizada na defesa nacionalista do Estado israelita em vista da narrativa de que os árabes são homofóbicos e é preciso resguardar os direitos dessa população violada destes. É preciso entender o Estado-nação como um campo de correlações de forças, sendo o processo homonacionalizador uma dessas expressões. Portanto, é no chão do neoliberalismo e do neoconservadorismo que se movimenta esse fenômeno, que ainda é novo, mas é ideológico, e se materializa no plano das lutas e disputas por direitos socialmente conquistados, mas que tem criado força internacionalmente, nas suas múltiplas formas.

Já nas particularidades do Brasil, as análises de Irineu (2016), observou-se que as últimas políticas desenvolvimentistas, impactaram na vida dos povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas), ao mesmo tempo que durante os governos petistas, projetou-se um aparato governamental de políticas públicas voltadas para comunidade LGBTI+ e não houve por parte desse movimento social uma crítica a esses processos. Ademais, viu-se também que houve uma forte política de incentivo ao consumo durante esses governos, isso também chegou na população LGBTI+, com o processo de ampliação do mercado de consumo voltado para esses sujeitos e do turismo como o Plano Aquarela desenvolvido desde 2003.

Portanto, em guisa de conclusão verifica-se que houve um campo paradoxal nas políticas públicas durante os governos petistas, a agenda da população LGBTI+ funcionou como moeda de troca, avançou-se pouco diante do contexto de violência estrutural que essa população vive no Brasil.

#### **REFERENCIAS:**

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2019.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964 - 2019**. São Paulo, Boitempo, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbica, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto\\_base\\_1\\_lgbt.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**. Brasília, DF, Secretaria de Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2011.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

D'EMILIO, John. **O capitalismo e a identidade gay**. Lavrapalavra, 2021. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2021/03/19/o-capitalismo-e-a-identidade-gay/>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: uma análise do Brasil Sem Homofobia**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, SP, 2011.

DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. *In: Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics*. Russ Castronovo y Dana Nelson (eds). Duke University Press, Durham, 2004.

DULCE, Emilly. Há dois anos terminava a missão do exército brasileiro no Haiti: “sucesso para quem?”. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/ha-dois-anos-terminava-a-missao-do-exercito-brasileiro-no-haiti-sucesso-para-quem>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

FALCÃO, Zuca. Após 13 anos a vergonhosa ocupação brasileira no Haiti termina nesta quinta-feira. **Esquerda Diário**. 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Apos-13-anos-a-vergonhosa-ocupacao-brasileira-no->

[Haiti-termina-nesta-quinta-feira](#). Acesso em: 10 de dez. de 2020.

IRINEU, Bruna. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014):** homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT:** um estudo crítico da experiência brasileira (2003 - 2015). Cuiabá, EduFMT, 2019.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. *In:* Evilásio Salvador; Elaine Behring; Sara Granemann; Ivanete Boschetti. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, João Manoel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade;** 25(1): 68-78, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 3, n. 1, pp. 297 – 318, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.98>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PUAR, Jasbir K. **Ensamblajes terroristas.** El homonacionalismo en tiempos *queer*. Barcelona, edicions bellaterra, 2017.

SANTOS, Norma BRENDA DOS. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História [online]**, vol. 33, n. 2, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920140002000010>. Acesso em: 22 mar. 2022.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Supremo reconhece união homoafetiva.** Notícias STF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 23 de abril de 2019.